



DOI: <https://doi.org/10.30612/frh.v27i49.21106>

## Apresentação

### Dossiê

#### **Historiografia das ditaduras e processos de democratização na era digital no Cone Sul: estado da arte**

**Nashla Aline Dahás Gomozias**

Doutora em História pela UFRJ  
Professora Visitante no PPGH da UFGD  
nashlagomozias@ufgd.edu.br  
<https://orcid.org/0000-0001-5384-4715>

**Daniel Lopes Saraiva**

Doutor em História pela UDESC  
Bolsista do CNPq de Pós-Doutorado junto ao PPG História Social da USP  
danielsaraiva\_15@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-8409-2314>

Datas redondas costumam evocar debates e manifestações sobre acontecimentos históricos latentes no tempo presente. Foi assim em 2014, quando o golpe civil-militar fez 50 anos e tínhamos como presidenta a economista e ex-presa política da ditadura Dilma Rousseff<sup>1</sup>. Entretanto, a política brasileira passou por perigosas turbulências desde então e, em 2016, Dilma foi deposta em um processo de impeachment entendido por diversas/os intelectuais como um golpe (Nunes, 2022; Oliveira, 2017). Em 2018, um militar reformado e declarado saudosista da ditadura e dos métodos de tortura utilizados à época foi eleito à presidência da República. Em seu mandato, Jair Bolsonaro incentivou a reprodução de discursos negacionistas e falseamentos históricos sobre a ditadura, além de comemorar oficialmente o golpe de 1964<sup>2</sup>.

Em 2024, os 60 anos do golpe ocorreram no contexto de um novo ciclo de Luís Inácio Lula da Silva na presidência, o que abriu um horizonte de expectativas marcado pela efervescência crítica sobre o passado recente de autoritarismo e violações de direitos humanos. Mas os eventos sobre o tema foram organizados sobretudo dentro das universidades, não obtiveram grande repercussão social e, por fim, Lula decidiu inviabilizar manifestações institucionais de repúdio aos acontecimentos de 64<sup>3</sup>. Mas a data que parecia chegar sem grande visibilidade pública passou por uma reviravolta em novembro de 2024, com o lançamento do filme *Ainda Estou Aqui*, dirigido por Walter Salles, com Fernanda Torres no papel de Eunice Paiva, viúva de Rubens Paiva, ex-deputado assassinado nas dependências de um quartel militar em 1971, quando foi levado de sua casa para prestar um depoimento. Antes mesmo da estreia no Brasil, o longa conquistou público internacional e venceu o Leão de Ouro por melhor roteiro

---

<sup>1</sup> Dilma foi presa em janeiro de 1970 pela Operação Bandeirantes (OBAN). De fevereiro a maio, foi levada para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS). Em ambos, foi torturada. Foi condenada a seis anos e um mês de prisão e teve os direitos políticos cassados por dez anos. Após o cumprimento de três anos, conseguiu redução da pena junto ao Superior Tribunal Militar (STM) e foi libertada em 1972. Para maiores informações, sugerimos assistir à entrevista com Dilma no programa Roda Viva de 2006, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n2FQtI5ub7w>. Acesso em 30 out. 2025.

<sup>2</sup> Ver mais em:

<https://www.dw.com/pt-br/gest%C3%A3o-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-pelo-quarto-ano-seguido/a-61322242>. Acesso em: 30 out. 2025.

<sup>3</sup> Ver em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/datafolha-59-dos-brasileiros-aprovam-veto-de-lula-a-atos-sobre-os-60-anos-do-golpe/>. Acesso em: 30 out. 2025.

no Festival de Veneza. Na sequência, Fernanda Torres levou o Globo de Ouro de melhor atriz e o filme recebeu o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, primeiro do Brasil na categoria.

Nessas circunstâncias, o filme alimentou o debate público sobre a ditadura militar a partir da trajetória da Família Paiva, historiadoras/es foram acionadas/es para falar sobre o contexto político representado na obra e as/os espectadoras/es lotaram os cinemas do país - apesar da campanha de boicote ao filme feita por parte da extrema-direita<sup>4</sup>. Ainda Estou Aqui, entretanto, não foi uma exceção no contexto latino-americano, onde o audiovisual vem sendo ferramenta recorrentemente utilizada para narrar publicamente os autoritarismos e ditaduras da segunda metade do século XX. Na Argentina, o sucesso foi Argentina, 1985 (2022), vencedor do Globo de Ouro e indicado ao Oscar, dirigido por Santiago Mitre. O filme encena o julgamento e a condenação de militares que praticaram crimes durante o período de exceção, política de fato realizada no país. Já o uruguai A Noite de 12 Anos (2018), de Álvaro Brechner, narra a prisão de três militantes do grupo guerrilheiro Tupamaros, tendo vencido o Prêmio Goya de Melhor Roteiro Adaptado naquele ano. No Chile, No (2012), também indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro, dirigido por Pablo Larraín, aborda o plebiscito de 1988 que decidiu pela não continuidade do General Augusto Pinochet no poder.

Há muitos outros filmes que adquiriram apelo de públicos acadêmicos e não acadêmicos sobre a temática; o objetivo nesta apresentação, contudo, é evidenciar a pertinência e a contribuição do audiovisual, especificamente o cinema, mas também diversas outras tecnologias de representação do passado, para a ampliação de uma cultura política crítica das ditaduras e ciente desses contextos históricos na América Latina, combatendo, ainda, versões negacionistas que buscam questionar os fatos e desqualificar políticas de reparação e verdade. Consideramos, portanto, que política e História encontram-se hoje num ponto de articulação entre memórias sociais, políticas públicas e avançadas tecnologias. Enquanto a esfera política lida com os poderes contemporâneos ligados à produção e extração de dados e recursos,

---

<sup>4</sup> Ver em:

<https://f5.folha.uol.com.br/cinema-e-series/2024/11/perfis-de-direita-pregam-boicote-a-ainda-estou-aqui-nas-redes.shtml>. Acesso em: 30 out. 2025.

intensificação das formas de repressão e controle dos dispositivos de subjetivação, a História tem se constituído, de forma mais evidente nas duas últimas décadas, como campo que concentra modalidades de construção de pertencimento/identidades e narrativas; estratégias de combate e resistência aos negacionismos; e reafirmação de projetos de futuro, sobretudo advindos do ensino, da conscientização histórica e da História Pública.

Foram essas as circunstâncias que nos motivaram a reunir, nesse dossiê da Revista Fronteiras, artigos de especialistas dedicados à pesquisa das ditaduras no Cone Sul, preocupados com os atravessamentos desses passados no presente e com os seus usos nos espaços públicos, com destaque para a internet. A chamada pública para recebimento de artigos, lançada entre abril e maio do ano corrente, nos trouxe trabalhos de pesquisadoras/es provenientes das cinco regiões do Brasil e que, de maneira geral, conjugam a defesa das metodologias de construção da narrativa histórica, a pesquisa especializada que permite conhecer e compreender situações e personagens variadas dos autoritarismos e democracias no Cone Sul a partir da segunda metade do século XX, além da reflexão sobre os condicionamentos da Era Digital acerca desses saberes e práticas no campo da ciência histórica.

Esperávamos, sem dúvida, um universo transnacional de análises, mas enxergamos no autocentramento de artigos focados no Brasil uma demonstração do desejo de investigações interventivas e um comprometimento com a atuação pública em tempos de Brutalismo<sup>5</sup> (Mbembe, 2022). Por outro lado, é importante reforçar que contamos com número significativo de artigos, alguns dos quais não puderam ser publicados nesse momento, seja em razão das demandas de reelaboração sugeridas por pareceristas, por conta da inadequação à proposta ou às regras editoriais, ou em função do tempo necessário às/-aos autoras/es na devolução dos trabalhos revisados. Em relação a estes textos, esperamos ter contribuído para o seu aprofundamento e desejamos que possamos vê-los publicados em outro momento, neste ou em outro periódico científico de importante circulação. Acreditamos que a

---

<sup>5</sup> Publicado em 2022, o livro de Achille Mbembe intitulado Brutalismo aponta esta palavra como definidora da época que vivemos, na qual, segundo o filósofo, o estado de exceção se tornou a norma e o estado de emergência, permanente, fazendo-se pleno uso da lei com o “intuito de multiplicar os estados de não direito e de desmantelar todas as formas de resistência” (p. 14).

diversidade das pesquisas que sucedem a esta apresentação permitem às/-aos leitoras/es possibilidades interpretativas variadas, diálogo com diferentes abordagens e linguagens históricas e contato com a produção historiográfica que abrange distintos territórios do nosso país.

Na estruturação dos nove artigos que compõem o dossiê, vislumbramos cinco eixos temáticos que indicam vertentes historiográficas da ditadura militar (1964-1985). Iniciamos pela noção de “Novas vítimas” difundida por ocasião dos 60 anos do golpe civil-militar de 1964. Ao tomarmos como referência o historiador Marcos Napolitano, consideramos um certo regime de memória da ditadura em constante construção e disputa no Cone Sul. No caso brasileiro, em meio a “uma transição moderada e inclusiva dos antigos quadros do regime militar”, emergiu uma memória hegemônica sustentada pela condenação genérica do regime e pela autoimagem da sociedade vítima na qual instituições liberais, como a grande imprensa, possuem grande peso na construção da categoria paradigmática da “resistência” (Napolitano, 2018, p. 213-214). Nesse contexto, foram reconhecidas as vítimas que militaram na oposição à ditadura, em geral, de classes médias, universitárias, moradoras dos centros urbanos das metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, além de jornais, emissoras, artistas e intelectuais que sofreram censura, entre outras violências. Por isso, o termo “novas vítimas” vem sendo utilizado para evidenciar o protagonismo de sujeitos e grupos historicamente menos autorizados nesse regime de memória e sobre os quais emergem pesquisas mais recentes.

Esse é o caso do artigo escrito por Rodrigo Musto Flores e Jean Rodrigues Sales, que aborda a chamada “operação limpeza”, realizada entre 1964 e 1985, com o objetivo de identificar e punir militares contrários à ditadura. Os pesquisadores analisam testemunhos de militares perseguidos que estão sob a guarda do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) e desafiam a memória construída na caserna ao desassociar a corporação de uma visão hegemônica positiva do golpe e do regime subsequente. Inserido nesse contexto de ampliação do reconhecimento público de vítimas da ditadura se localiza o artigo de Claudia Regina Nichnig e Cíntia Lima Crescêncio sobre o silenciamento das narrativas de mulheres, povos negros e indígenas na historiografia brasileira, com destaque para a história da ditadura e suas

abordagens em sala de aula. As pesquisadoras incentivam a incorporação das memórias e narrativas, em diferentes temporalidades, dos povos e sujeitos que sofreram e ainda sofrem efeitos dos processos de colonização, exploração e subalternização. Destacam o uso das abordagens anticoloniais, decoloniais e pós-coloniais em sala de aula para que esta se torne um espaço de escuta no qual os povos, e principalmente as mulheres vítimas de silenciamentos possam narrar suas histórias.

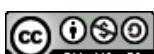
Giovanni Amaral Cosenza e Samantha Ribas Teixeira Madalena ampliam ainda mais a discussão a partir de olhares atentos às especificidades de gênero e sexualidade. A dupla oferece às/-aos leitoras/es desta edição uma interessante pesquisa a respeito da abordagem das violências cometidas contra a população LGBTQIAPN+ durante a ditadura realizada pela Comissão Nacional da Verdade e pelas Comissões Estaduais da Verdade da região Sul do país, tomando como fontes os seus relatórios finais. Ainda, de grande importância para este dossiê, é a argumentação elaborada por Cosenza e Madalena em torno da paisagem digital como espaço no qual vêm se desenvolvendo diversas iniciativas dedicadas a resgatar, preservar e divulgar as memórias e experiências da comunidade LGBTQIAPN+ durante a ditadura, com destaque para a circulação crescente das obras de Cassandra Rios.

A seguir, as/os leitoras/es encontrarão dois artigos representantes do eixo Ensino de História - temática que vem adquirindo apelo entre historiadoras, desde o trabalho pioneiro constantemente reatualizado por Miriam Hermeto (2024) com músicas identificadas com a resistência à época, passando pela criação e disponibilização de planos de aula por Caroline Silveira Bauer (2017), até, mais recentemente, a publicação de pesquisas no campo da Didática da História com foco na ditadura, por Maria Auxiliadora Schmidt (2024). Neste eixo, estão publicados os artigos de Cleonice Elias da Silva, sobre “o cinema de cineastas mulheres acerca da ditadura civil-militar no Brasil e o ensino de História”, e de Juliana Aparecida Paulino Martins em parceria com Marlene Cainelli, a respeito da abordagem da ditadura realizada por professores e professoras de Apucarana, no Paraná, assim como a partir do livro didático. Ambos os textos se mostram preocupados com o crescimento dos discursos de extrema-direita, especialmente com os negacionismos da ditadura, e

valorizam o ensino História como campo de formação de sujeitos capazes de exercer consciência política e cidadania.

No caso de Elias, essa perspectiva se soma à importância do cinema e do audiovisual em geral como linguagem da História essencial na Era Digital. A pesquisadora enfatiza o papel dessas produções “na consolidação de um conhecimento crítico sobre o período de autoritarismo político dos militares na História recente da república brasileira”, apresenta um panorama da filmografia brasileira sobre a ditadura realizada por diretoras mulheres, e analisa especificamente as obras *Diário de Uma Busca* (Flavia Castro, 2010), *Marighella* (Isa Grinspun Ferraz, 2012) e *Os Dias Com Ele* (Maria Clara Escobar, 2013), discutindo de forma sofisticada a importância do uso de fontes testemunhais em sala de aula para um ensino através da memória e das subjetividades. Martins e Cainelli, por sua vez, partem do conceito de “história difícil”, de Bodo Von Borries (2011), para a reflexão sobre a ditadura no ensino de história, e ressaltam a importância de professores e professoras que atuam nas brechas do sistema educacional no sentido da problematização de fontes e do desenvolvimento e complexificação da consciência histórica de estudantes. A dupla apresenta os procedimentos e resultados de uma pesquisa acerca da percepção de docentes “da educação básica sobre as possibilidades e os obstáculos enfrentados em sala de aula no ensino da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”, além de analisarem a proposta de aprendizagem contida no livro didático *História Sociedade e Cidadania*, do conhecido autor Alfredo Boulos (2018), adotado no Paraná no PNLD de 2020 para os Anos Finais do Ensino Fundamental, tendo seu uso estendido para os anos de 2020 a 2023.

Os eixos Questão Agrária e História das Esquerdas possuem um representante cada e se inserem no dossiê de maneira bastante relevante, pois retomam discussões que, uma vez realizadas pela historiografia entre os anos de 1970 a 2000, tornaram-se progressivamente menos frequentes. Ao que tudo indica, porém, a crise política aprofundada pela pandemia de Covid-19, nos anos de 2020 a 2022, renovou o interesse de parte da comunidade historiadora por temas afetos aos mundos do trabalho, aos escopos marxistas de análise e às matizes do pensamento de esquerda a partir dos anos de 1960 - elementos que se conjugam como parte do contexto



histórico abordado por Mariana Esteves de Oliveira em artigo sobre a luta dos posseiros pela desapropriação da Fazenda Primavera, entre as décadas de 1960 e 1980, no extremo oeste paulista. A partir de acurada pesquisa no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), o historiador evidencia a complexidade da história social da terra em questão, que envolveu padres, camponeses, manifestantes, o governo ditatorial e a polícia militar.

E, ainda, ao longo do artigo de Mariana Esteves de Oliveira, ao desvelar a figura de J.J. Abdalla, sujeito “contra quem os posseiros lutaram em Andradina e cuja desapropriação das terras se deu não apenas pela luta, mas também porque o grileiro merecia um castigo do Estado”, o pesquisador nos remete a um ponto central dos estudos da ditadura hoje: sua dimensão jurídica, de responsabilização pelos crimes cometidos à época, sejam as “responsabilidades da Ditadura Militar na violência sofrida por centenas de camponeses”, quanto a de “uma família a somar fraudes com negligências estatais que escaparam do controle dos órgãos de investigação”. No escopo da história das esquerdas e das lutas de oposição à ditadura se encontra também o artigo de Edson Silva, que analisa as memórias da ditadura de Emiliano José, jornalista, professor e político, a partir da entrevista concedida ao autor do texto em fins de 2022. Enquanto as/os leitoras/es acompanham, por meio de citações da entrevista, o esforço de Emiliano a fim de narrar detalhes do processo de elaboração e publicação do livro Lamarca, o capitão da guerrilha (1980), ainda sob a ditadura, também terão acesso ao contexto de brutal silenciamento da oposição aliado ao funcionamento da máquina de propaganda política militar, cuja combinação gera efeitos negacionistas nas memórias coletivas da ditadura até os dias de hoje.

O último eixo do dossiê que ora apresentamos retoma o objetivo central da proposta e traz considerações sobre o estado da arte da historiografia da ditadura. Por natureza, trata-se de um gênero corajoso de escrita da história e, com alegria, afirmamos que os artigos aqui publicados o fazem com a esperada argúcia, tão preocupados com fatos históricos e discussões historiográficas quanto com a cena pública de dimensões ética, política, jurídica e social, que condiciona e é pautada pela produção acadêmica. Em “De como a ditadura perdeu seu cavalo e continuou caminhando”, Wellington Teodoro Silva aponta e discute elementos do processo



transicional que teriam permitido a fermentação da ideia de que a democracia, como um valor em si mesmo, se cumpriria progressivamente. A fim de demonstrar os equívocos desse “otimismo ingênuo”, o autor retoma a trajetória brasileira de autoritarismos, golpes e tentativas de golpes - “elementos de continuidade estruturantes de nossa cultura e mentalidade política”. Apoiando-se em diversos intelectuais e acadêmicos que se debruçaram sobre a transição, Silva conclui, entre outras possibilidades, que não foi feita uma verdadeira disruptão com o passado autoritário. Vale a pena a leitura. Desde já, entretanto, podemos contar que este é exatamente o fio emaranhado na tessitura do artigo que encerra o trabalho coletivo e multiautoral sobre a ditadura nesta publicação: “História da ditadura hoje...”, de Filipe Menezes Soares. Ao argumentar que o chamado “processo de distensão política”, “tratado, em geral, pela lei da anistia e suas implicações”, vem sendo tomado por memórias cujo cerne é o esquecimento, Soares aponta a decolonialidade e os interiores como caminhos incontornáveis para uma necessária renovação da historiografia brasileira sobre o tema e nos convida a todas/os, estudantes, pesquisadoras/es, especialistas na área, a uma desafiadora empreitada nesse caminho: “fazer o passado da ditadura, enfim, passar”.

Devido à riqueza da composição de artigos que se seguem, haveria muito mais por dizer no que se refere às tendências e desvios que observamos; contudo, esperamos encontrá-las: (re)interpretações, desdobramentos e querelas abertas por ocasião deste dossiê em novos textos, livros e pesquisas. Finalizamos, assim, agradecendo imensamente à equipe editorial da Revista Fronteiras, a todas/os as/os pesquisadoras/es que enviaram seus trabalhos e se colocaram à disposição diante das leituras críticas das/os pareceristas, às/aos pareceristas que contribuíram com expertise para a qualidade desta edição, e às/aos leitores/as desta e de outras edições, que promovem um diálogo menos visível e comentado, mas absolutamente fundamental, seja através das visualizações, downloads e citações, seja por meio de silêncios.



## Referências

BAUER, Caroline Silveira. Falando da ditadura. *Blog de divulgação histórica e disponibilização de recursos didáticos para o ensino da história da ditadura civil-militar brasileira*. 16 jul. 2017. Disponível em: <https://falandodaditadura64.blogspot.com/>. Acesso em: 30 out. 2025.

BORRIES, Bodo Von. Coping with burdening history. In: BJERG, H.; LENZ, C.; THORSTENSEN, E (eds). *Historicizing the uses of the past. Scandinavian Perspectives on History Culture. Historical Consciousness and Didactics of History Related to World War II*. Bielefeld:Transcript-Verlag für Kommunikation, Kultur und soziale Praxis, 2011.

HERMETO, Miriam; BRAGA, Analu; NASCIMENTO, Bia. JFest - Aula Show “Ditadura militar: um evento e seus destinos”. YouTube. 14 mai. 2024 [1:02:32]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bIYosEQ65ZA>. Acesso em: 30 out. 2025.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: História, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021.

MBEMBE, Achille. *Brutalismo*. Tradução Sebastião Nascimento. N-1 Edições, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Aporias de uma dupla crise: história e memória diantes de novos enquadramentos teóricos. *Saeculum - Revista de História*, N° 39; João Pessoa, p. 205-218, jul./dez. 2018.

NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: Ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo. *Historiæ*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 191–232, 2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A ditadura militar brasileira, a crise do código disciplinar da História e a formação de professores. *História e Ensino*, Londrina, v. 30, n. especial, p. 248-270, dez. 2024.

